

SIMULADO GRATUITO **TJ-PE**

ANALISTA JUDICIÁRIO
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA



Estratégia
CONCURSOS

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Você recebeu este PDF contendo sua folha de respostas e 50 questões objetivas com cinco alternativas. As questões da prova de Conhecimentos Gerais valerão 0,75 pontos por questão; já as de Conhecimentos Específicos valerão 1,25 pontos por questão.
- II. Resolva a prova entre 8h30 e 12h30. A duração da prova, portanto, é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas. Após resolver o simulado, visite o site do Estratégia ou abra sua caixa de email, para acessar o link do preenchimento do cartão-respostas eletronicamente, até às 13h30.
- III. Se você pular ou deixar de resolver algumas questões, não precisa preenchê-las no cartão-respostas.
- IV. Assim que você terminar de preencher o cartão-resposta eletrônico, o sistema vai mostrar a sua nota.
- V. O ranking será divulgado no mesmo dia a partir de 18h, no site do Estratégia Concursos.

Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.estrategiaconcursos.com.br, no mesmo dia da aplicação, a partir das 14h (quatorze horas).

Boa prova!

Participando do simulado e preenchendo o formulário de respostas, sua pontuação integrará todos os rankings automaticamente. Desta forma, se você ainda não conseguiu estudar todo o edital do TJ-PE, você pode verificar como está seu rendimento no ranking.

DESTAQUE AQUI

NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Conhecimentos Gerais**Português**
Prof. Rafaela Freitas**Texto I****Contrato de casamento**

Na semana passada comemorei trinta anos de casamento. Recebemos dezenas de congratulações de nossos amigos, alguns com o seguinte adendo assustador: "Coisa rara hoje em dia". De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.

Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento, que é a promessa de amar o outro para sempre. Muitos casais no altar acreditam que estão prometendo amar um ao outro enquanto o casamento durar. Mas isso não é um contrato. Recentemente, vi um filme em que o mocinho terminava o namoro dizendo "vou sempre amar você", como se fosse um prêmio de consolação.

Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça. "Eu amarei você para sempre" deixou de ser uma promessa social e passou a ser simplesmente uma frase dita para enganar o outro. Contratos, inclusive os de casamento, são realizados justamente porque o futuro é incerto e imprevisível. Antigamente, os casamentos eram feitos aos 20 anos de idade, depois de uns três anos de namoro. A chance de você encontrar sua alma gêmea nesse curto período de pesquisa era de somente 10%, enquanto 90% das mulheres e homens de sua vida você iria conhecer provavelmente já depois de casado. Estatisticamente, o homem ou a mulher "ideal" para você aparecerá somente, de fato, depois do casamento, não antes. Isso significa que provavelmente seu "verdadeiro amor" estará no grupo que você ainda não conhece, e não no grupinho de cerca de noventa amigos da adolescência, do qual saiu seu par.

E aí, o que fazer? Pedir divórcio, separar-se também dos filhos, só porque deu azar? O contrato de casamento foi feito para resolver justamente esse problema. Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas. As promessas e os contratos preenchem essa lacuna, preenchem essa incerteza, sem a qual ficaríamos todos paralisados à espera de mais informação.

Quando você promete amar alguém para sempre, está prometendo o seguinte: "Eu sei que nós dois somos jovens e que vamos viver até os 80 anos de idade. Sei que fatalmente encontrarei centenas de mulheres mais bonitas e mais inteligentes que você ao longo de minha vida e que você encontrará dezenas de homens mais bonitos e mais inteligentes que eu. É justamente por isso que prometo amar você para sempre e abrir mão desde já dessas dezenas de oportunidades conjugais que surgirão em meu futuro. Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual nem ficar preocupado com o futuro de nosso relacionamento. Nem você vai querer ficar preocupada cada vez que eu conversar com uma mulher provocante. Prometo amar você para sempre, para que possamos nos casar e viver em harmonia".

Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm.

Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rugas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender. Obviamente, se sua esposa se transformou numa megera ou seu marido num monstro, ou se fizeram propaganda enganosa, a situação muda, e num próximo artigo falarei sobre esse assunto. Para aqueles que querem ter vantagem em tudo na vida, talvez a saída seja postergar o casamento até os 80 anos. Aí, você terá certeza de tudo.

Disponível em: <http://blog.kanitz.com.br/contrato-casamento/>

1. O texto é um artigo de opinião no qual Stephan Kanitz defende seu posicionamento com relação ao tema. Pode ser entendida como a tese do autor o que se encontra na alternativa:

a) como os casamentos antigamente eram feitos aos 20 anos, a chance do amor de nossas vidas ficar perdido era grande.

b) a promessa de amar o outro até que apareça alguém melhor e, então, pedir o divórcio é a realidade dos jovens atuais.

c) o casamento não é um compromisso judicial, é possível abrir mão dele sem maiores problemas.

d) estamos nos esquecendo da essência do que é um contrato de casamento: amar um ao outro para sempre, não enquanto o casamento durar ou até aparecer alguém melhor, mais atraente.

e) cada um deve avaliar a sua situação. Casos de "megerice" ou de "mostruosidades" devem ser avaliados individualmente.

2. De acordo com as ideias do texto I, avalie as alternativas a seguir:

I. Segundo dados estatísticos, a chance de alguém encontrar a sua alma gêmea até os vinte anos é de apenas 10%.

II. O mais honesto seria não prometer, na hora do casamento, que amará o cônjuge para sempre.

III. O casamento é visto como o compromisso de aprender a resolver construtivamente as brigas e as rugas do dia-a-dia.

Está(ão) correta(s):

a) apenas a III.

b) apenas a I.

c) apenas I e III.

d) apenas I e II.

e) todas das afirmativas.

3. A forma pela qual as palavras e expressões se relacionam no texto é que determina a construção de sentido. Sendo assim, a expressão destacada em "Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual" expressa relação de:

a) condicionalidade.

b) temporalidade.

c) causalidade.

d) alternância.

e) proporcionalidade.

4. Analise as afirmativas quanto aos aspectos gramaticais:

I. No trecho "De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.", há um erro de uso da vírgula antes da conjunção "e".

II. Sem que haja inadequação gramatical, o trecho "Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento..." poderia ser reescrito da seguinte maneira: Pelo jeito, estamos esquecendo a essência do contrato de casamento...

Está(ão) correta(s):

a) apenas a II.

b) apenas a I.

c) apenas I e II.

d) nenhuma das afirmativas.

e) as duas afirmativas.

5. Releia o trecho:

"Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm".

Os termos destacados são, respectivamente:

a) pronome relativo, conjunção integrante e artigo indefinido.

b) pronome relativo, pronome relativo e artigo indefinido.

c) conjunção integrante, pronome relativo e preposição.

d) pronome relativo, pronome demonstrativo e pronome indefinido.

e) conjunção integrante, conjunção integrante e artigo definido.

Texto II

terça-feira, 22 de junho de 2010

"O Contrato do Casamento"

O email caiu na caixa de entrada com a mesma naturalidade dos mails de cem releases, correntes, mensagens, notícias e problemas diários que caem todos os dias. Confesso que o que me chamou atenção não foi o título do email: O Contrato do Casamento, mas sim, o remetente que me enviou.

Pulei do cabeçalho "Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rusgas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender" ao rodapé "Ponto de vista: Stephen Kanitz (Revista Veja, Edição 1873. 29 de setembro de 2004".

Fui ao Google me informar melhor sobre quem é Stephen Kanitz. Antes de ler qualquer linha, a fotinha que apareceu me ligou imediatamente o nome a quem é a pessoa. Acho que até hoje, ele publica artigos quinzenais na Veja, geralmente sobre economia. É um cara analítico e cheio de margens percentuais. Não gosto.

(...)

Passei os olhos, comecei a ler. A promessa de "vou sempre amar você" me chamou a atenção. Quem sabe, ali, no meio do texto, o economista não me apresentasse soluções estatísticas sobre o amor. Pois mal. "Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça", de certo que sim. A independência não nos faz repensar a convivência.

Depois, vem a frase mais sensata do texto:

Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas.

(...)

Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida, é abrir mão do próprio amor. Mas, eu posso estar errada, Stephen Kanitz deve ter hoje 36 anos de casado, dez anos a mais do que eu tenho vida.

Quando se casa por amor, não se deixa de amar o ex nem com a separação. O ex é eterno. Quando se tem filhos, mais eterno ainda. Aliás, nem com alguns filhos, nem com alguns pais, nem com alguns irmãos, a gente é obrigado a conviver bem. E isso não quer dizer que não ame. E isso não tem nada a ver com o amor. Amar por um instante é amar pra sempre. Deixar de amar é uma contradição. Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo.

Larissa Araújo. Disponível em:

<http://larissaraujo.blogspot.com.br/2010/06/o-contrato-do-casamento.html>

6. Com relação ao texto I, a autora do texto II:

a) concorda em todos os aspectos.

b) concorda em partes, já que acredita que a obrigação da convivência eterna é favorável ao amor.

c) traz novos dados estatísticos que comprovam a veracidade do que foi discutido por Kanitz.

d) opta por não seguir a mesma temática.

e) faz uma apreciação do assunto abordado por Kanitz e pondera sobre abrir mão do próprio amor ao assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida.

7. Há uma relação entre os textos I e II quanto:

a) à oposição temática.

b) ao conteúdo apenas, pois cada um reproduz um tipo textual.

c) à tipologia textual (narrativo) apenas.

d) ao tipo de texto (argumentativo) e quanto ao tema proposto.

e) a aspectos semânticos e estatísticos.

8. Julgue os itens a seguir:

I. No trecho "Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto

da vida, é abrir mão do próprio amor”, temos quatro orações.

II. Em “Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo”, o termo “lo” refere-se a “amor”.

III. Em “Passei os olhos, comecei a ler.”, a vírgula poderia ser substituída por “e”.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas a I.
- b) apenas a III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) todas das afirmativas.

9. Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que não apresenta erro de crase.

- a) Referindo-se à todos os médicos de plantão, o paciente foi ríspido.
- b) Compete à médicos verificar os prontuários.
- c) Prestar auxílio à enfermeiras não é dever dos médicos.
- d) Visando à vaga, o enfermeiro fez a denúncia.
- e) À empresa de vigilância é contratada pelo hospital.

10. Com relação às novas regras de acentuação ortográfica, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F)

() a palavra “linguiça” pode receber trema facultativamente.

() a palavra “herói” deixou de ser acentuada por possuir um ditongo aberto “oi”.

() a palavra “autoestima” passou a ser grafada sem hífen.

() a palavra “microondas” perdeu o uso do hífen.

- a) F – V – V – F
- b) V – F – V – F
- c) F – F – V – F
- d) V – V – V – F
- e) F – F – F – F

Raciocínio Lógico
Prof. Arthur Lima

11. Eduardo pretende realizar a prova do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para realizar a viagem até a cidade de Recife, ele resolveu poupar dinheiro todo dia, começando em 9 de setembro de 2017. Neste dia ele vai poupar 1 real, colocando este valor em seu cofre. A partir do dia seguinte, Eduardo vai sempre poupar o dobro do dia anterior e guardar no cofre. Desta forma, após 12 dias de poupança, o valor acumulado por ele estará entre:

- a) R\$1.000 e R\$2.000
- b) R\$2.000 e R\$3.000
- c) R\$3.000 e R\$4.000
- d) R\$4.000 e R\$5.000
- e) R\$5.000 e R\$6.000

12. Um grupo de candidatos do Concurso TJPE foi entrevistado a respeito da sua formação acadêmica, e o resultado foi o seguinte: 85 são formados em Nutrição, 52 em Música e 65 em Geografia. Sabe-se ainda que 38 se formaram em Nutrição e Geografia, 20 se formaram em Música e Geografia, e 42 se formaram em Nutrição e Música. Sabe-se ainda que 18 pessoas se formaram nestes três cursos. Se apenas 10 dos candidatos entrevistados não possuem formação em qualquer dos cursos citados anteriormente, então o total de pessoas entrevistadas foi igual a:

- a) 90
- b) 100
- c) 110
- d) 120
- e) 130

13. Os números 2, 3, -6, 5, 18, 7, -54, 11..... apresentam uma sequência lógica. Nessas condições, a soma dos dois próximos termos desta sequência é:

- a) 69
- b) -69
- c) 147
- d) -147

e) 175

14. Se o valor lógico de uma proposição p é falso e o valor lógico de uma proposição q é verdade, então é correto afirmar que o valor lógico de:

- a) p conjunção q é verdade.
- b) p disjunção q é falso.
- c) o condicional entre p e q, nesta ordem, é falso.
- d) o bicondicional entre p e q tem valor lógico verdadeiro.
- e) a negação do condicional entre q e p, nesta ordem, é verdadeiro.

15. Uma conclusão válida para o argumento: "Se estudei no Estratégia, vou competir por uma vaga no concurso. Se vou tirar uma nota ruim, então não vou competir por uma vaga no concurso", é:

- a) Se estudei no Estratégia, não vou tirar uma nota ruim.
- b) Estudei no Estratégia e vou tirar uma nota ruim.
- c) Se vou competir por uma vaga no concurso, vou tirar uma nota ruim.
- d) Ou estudei no Estratégia ou vou tirar uma nota ruim.
- e) Se vou competir por uma vaga no concurso, então estudei no Estratégia.

16. A negação da frase "Se Arthur é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil" é:

- a) Arthur é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil
- b) Se Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil.
- c) Se Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil, então Arthur não é professor de Raciocínio Lógico.

d) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques é professor de Processo Civil

e) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, ou Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil.

17. O total de múltiplos de 11 compreendidos entre 100 e 1500 é igual a:

- a) 83
- b) 94
- c) 115
- d) 127
- e) 152

Normas Aplicáveis Aos Servidores Públicos
Prof. Tiago Zanolla

18. Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

Segundo o Estatuto dos servidores públicos do estado de Pernambuco – Lei 6.123/1968, não haverá posse na hipótese de

- a) Nomeação
- b) Reversão
- c) Aproveitamento
- d) Promoção
- e) Transferência

19. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei n.º 6.123/1968, acerca da posse e do exercício.

- a) A posse terá lugar em 30 dias após a ciência do interessado.
- b) A requerimento do interessado o prazo poderá ser prorrogado, por justa causa, por mais 180 (cento e oitenta) dias.
- c) O decurso do prazo para a posse, sem que esta se realize, importa em não aceitação do provimento e em renúncia ao direito de nomeação decorrente do concurso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

d) Em quaisquer hipóteses, o funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo.

e) Considerando o prazo regular e as prorrogações legais, entre a nomeação e o exercício, poderá ocorrer o interstício de 210 dias.

20. Com base na Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção correta.

a) Aproveitamento é o reingresso no serviço Público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

b) Reversão é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.

c) Reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público, sem ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária por ilegalidades em seu desligamento.

d) Promoção é a elevação do servidor de um cargo para o outro dentro da mesma classe.

e) Transferência é a readaptação para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço

21. Nos termos da Lei n.º 6.123/68, assinale a opção correta:

a) Quando a falta funcional não se revele evidente ou quando for incerta a autoria será instaurado inquérito administrativo.

b) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não deve exceder 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

c) A sindicância será procedida por dois funcionários designados mediante despacho da autoridade que determinar a sua instauração, devendo ser concluída no prazo de trinta dias.

d) Da sindicância poderá resultar a aplicação da penalidade de repreensão ou de suspensão por até 30 (trinta) dias.

e) Se, nos prazos estabelecidos não for concluído o inquérito, considerar-se-á automaticamente prorrogado o prazo para finalização.

Noções de Sustentabilidade
Prof. Rosenval Júnior

22. "O _____ deverá publicar _____, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

a) CNJ / anualmente

b) STJ / anualmente

c) CNJ / semestralmente

d) STJ / semestralmente

e) CNJ / mensalmente

23. Não é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

a) pagador-poluidor.

b) precaução.

c) prevenção.

d) protetor-recebedor.

e) desenvolvimento sustentável.

Noções Sobre Direitos Da Pessoa Com Deficiência
Prof. Ricardo Torques

24. As barreiras são definidas pela Lei nº 13.146/2015 como "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança". A partir desse conceito temos várias classificações de barreiras.

A partir do exposto, assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas abaixo.

1 - barreiras _____: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

2 - barreiras ____: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

3 - barreiras ____: as existentes nos edifícios públicos e privados;

- a) arquitetônicas, atitudinais e urbanísticas
- b) urbanísticas, comportamentais e construtivas
- c) urbanísticas, atitudinais e arquitetônicas
- d) nos transportes, atitudinais e arquitetônicas
- e) urbanísticas, de participação e edificações

25. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, exceto:

- a) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- b) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- c) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- d) isenção de imposto de renda.
- e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Administrativo Prof. Herbert Almeida

26. Júlia, servidora pública de órgão encarregado da fiscalização do cumprimento das normas de trânsito avistou Mauro dirigindo o seu veículo enquanto usava o celular. Júlia não determinou que Mauro parasse o carro, mas simplesmente lavrou o auto de infração e encaminhou para o departamento competente. Alguns dias depois, Mauro recebeu a notificação para se defender, sob pena de conversão do auto de infração em multa. Em sua defesa, Mauro alegou que não fez nada de errado e que a servidora não provou que ele utilizava o celular enquanto dirigia. Porém, a defesa de Mauro foi indeferida, sob alegação de que ele é quem deveria provar que não usava o

celular. A decisão da autoridade competente estava fundamentada no seguinte atributo dos atos administrativos:

- a) autoexecutoriedade
- b) executoriedade
- c) presunção de legitimidade e de veracidade
- d) tipicidade
- e) competência

27. Indique a alternativa que corresponde, respectivamente, ao poder de polícia originário e ao poder de polícia delegado:

- a) fiscalização de atividade profissional exercida por conselho de fiscalização de profissão e aplicação de sanção à concessionária no âmbito do contrato de delegação de serviços públicos.
- b) sancionamento de servidor público do Tribunal de Justiça e delegação de serviços públicos.
- c) concessão de alvará de funcionamento pela prefeitura municipal e contratação de terceiros para realização serviço de limpeza e segurança.
- d) fiscalização das normas de trânsito por órgão de uma secretaria estadual e concessão de licença ambiental por autarquia estadual.
- e) criação de empresa pública e contratação de concessionária de serviço público.

28. Marque a alternativa INCORRETA sobre as compras no âmbito da administração pública:

- a) sempre que possível, as compras deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
- b) o prazo de validade do sistema de registro de preços será de até um ano, prorrogável, em situações excepcionais, por igual período.
- c) qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.
- d) as compras devem submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- e) as compras deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.

29. Representa exemplo de exceção ao princípio da legalidade:

- a) emenda constitucional
- b) medida provisória
- c) decreto regulamentar
- d) instrução normativa
- e) autoexecutoriedade dos atos administrativos

30. A expressão “empresas estatais” não possui um significado preciso, uma vez que a doutrina diverge em seu sentido. Contudo, é bastante comum utilizá-la para abranger as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, ou ainda qualquer entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja maioria do capital votante pertença a uma entidade política. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A empresa pública pode ser organizada sob qualquer forma jurídica admitida em direito, inclusive como sociedade anônima.

II. O capital social da empresa pública é totalmente público, motivo pelo qual não se admite a participação de sociedade de economia mista na composição do seu capital.

III. Uma diferença importante entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista trata da finalidade dessas entidades, pois a primeira é constituída para a prestação de serviços públicos e a segunda apenas para exploração de atividade econômica.

- a) I e II, apenas
- b) I, II e III
- c) I, apenas.
- d) II e III, apenas
- e) I e III, apenas

31. Em regra, a responsabilidade civil do Estado limita-se ao exercício da função administrativa. No entanto, existem situações excepcionais, nas quais o Estado responderá civilmente por atos legislativos ou jurisdicionais. Indique a alternativa que constitui hipótese de responsabilidade civil do Estado por ato legislativos ou jurisdicionais:

a) atuação com dolo ou fraude de juiz, no exercício de suas funções.

b) aplicação de prisão temporária, posteriormente revogada, quando presentes os pressupostos legais para aplicação dessa medida, ainda que o réu seja absolvido ao final do processo.

c) elaboração de projeto de lei considerado inconstitucional, que foi vetado pelo chefe do Poder Executivo antes de sua promulgação.

d) aplicação de pena de perda da função pública, em primeira instância, posteriormente revogada em decisão judicial do órgão colegiado competente.

e) majoração de impostos, por lei, que cause prejuízos a um empresário de determinado setor comercial.

Noções de Direito Constitucional
Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina**32. Assinale a alternativa correta sobre os direitos e garantias individuais:**

a) O brasileiro nato pode ser extraditado em razão de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

b) Em razão da proteção outorgada pela Constituição Federal ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, não são admitidas no Brasil leis retroativas.

c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente de dano.

d) A liberdade profissional é norma de eficácia limitada, uma vez que a lei pode estabelecer qualificações profissionais exigidas para que alguém exerça determinado ofício ou profissão.

e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

33. Assinale a alternativa correta sobre os aspectos constitucionais da Administração Pública:

a) A Constituição Federal de 1988 não autoriza que estrangeiro ocupe cargo público.

b) Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo.

c) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

d) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

e) Não é possível a acumulação de cargo público efetivo com o mandato de Vereador.

34. Assinale a alternativa correta sobre os direitos de nacionalidade:

a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, salvo quando filhos de pais estrangeiros.

b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

d) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e ausência de condenação penal.

e) Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição Federal.

35. Assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário:

a) Nos tribunais com mais de 11 (onze) julgadores, poderá ser criado órgão especial, que exercerá atribuições jurisdicionais e administrativas que lhe forem delegadas pelo Plenário do tribunal.

b) O juiz titular irá, obrigatoriamente, residir na comarca.

c) Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o

funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

d) A inamovibilidade é adquirida, no primeiro grau, após 2 (dois) anos de efetivo exercício.

e) O Conselho Nacional (CNJ), órgão de controle interno do Poder Judiciário, é composto por quinze membros, com mandatos de 2 anos, sendo vedada a recondução.

36. Assinale a alternativa correta sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

b) O Tribunal de Contas da União (TCU) é composto de 9 Ministros, tem sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional. Seus Ministros dispõem das mesmas prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

d) As decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

e) O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.

37. Assinale a alternativa correta sobre o Poder Executivo:

a) Na vigência do mandato, o Presidente da República somente poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício da função.

b) O Presidente da República será processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após juízo de

admissibilidade pela Câmara dos Deputados. Nessa mesma linha, o Governador será julgado, nos crimes comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), após autorização prévia da Assembleia Legislativa.

c) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentam contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

d) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções após o juízo de admissibilidade político da Câmara dos Deputados.

e) Uma vez recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o Presidente da República ficará afastado de suas funções. Se o julgamento não for concluído dentro de 180 dias, o processo será arquivado e o Presidente retornará ao exercício do cargo.

Noções de Administração Pública
Prof. Carlos Xavier

38. O modelo de administração pública gerencial caracteriza-se por:

- a)** Possuir foco em eficiência no uso dos recursos, meritocracia e clara definição das estruturas organizacionais.
- b)** Permitir a apropriação do patrimônio público pelo agente público.
- c)** Possuir foco nos resultados da ação pública.
- d)** Considerar o patrimônio público uma extensão do patrimônio do governante.
- e)** Cargos e tarefas bem definidos.

39. Sobre as reformas administrativas ocorridas no Brasil desde a década de 1930, marque a alternativa correta:

- a)** O DASP é exemplo de estrutura organizacional criada na reforma gerencial da administração pública brasileira.
- b)** A reforma gerencial da década de 1960 foi fundada, entre outras coisas, na busca de uma maior descentralização administrativa.
- c)** O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi criado por Bresser-Pereira na tentativa de implementar uma administração burocrática eficiente no país.

d) Hoje, no Brasil, a administração pública funciona sob o paradigma gerencial, sem influências patrimonialistas ou burocráticas.

e) A reforma da década de 1930 consiste na passagem da administração pública burocrática para a patrimonialista.

40. Considerando seus conhecimentos sobre administração pública e estratégia, assinale a alternativa correta.

- a)** o planejamento estratégico deve coincidir com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- b)** no planejamento das ações públicas no Brasil, o orçamento possui papel irrelevante.
- c)** o estabelecimento de missão e visão pode ser feito tanto no setor público quanto no setor privado.
- d)** as decisões estratégicas de governo devem ser tomadas por servidores concursados, para evitar interferência política no processo.
- e)** o plano operacional deve ser concebido antes do plano estratégico.

41. Para que haja excelência no serviço público é fundamental que a qualidade seja bem gerenciada. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:

- a)** Qualidade planejada é o grau de cumprimento de especificações pelo produto ou serviço da organização.
- b)** Qualidade de conformidade diz respeito às especificações propostas para o produto ou serviço.
- c)** Uma importante prática de gestão da qualidade inclui, segundo Deming, a necessidade de reduzir os custos na aquisição de insumos dos fornecedores.
- d)** O Diagrama de espinha de peixe é uma importante ferramenta para priorização de problemas a serem resolvidos.
- e)** O ciclo PDCA passa pelas etapas de: definir as metas, definir os métodos, educar e treinar, executar a tarefa, verificar os resultados e atuar corretivamente.

42. Sobre gestão por competências:

- a)** Competências podem ser definidas como o conjunto estático de conhecimentos, habilidades e atitudes possuídas pelos indivíduos para mobilizar recursos e entregar resultados.

b) Conhecimentos constituem o saber do indivíduo e podem ser aprendidos com base em programas de capacitação.

c) Habilidades constituem a atitude profissional, sua capacidade de colocar em prática o conhecimento.

d) Um importante conceito na gestão por competências é o de entrega, sendo equivalente aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos funcionários.

e) A organização deve investir em recrutamento de profissionais com as competências requeridas, já que não é possível desenvolver competências em indivíduos que não as possuem previamente.

43. Sobre gestão por competências:

a) Competências essenciais são atividades esperadas de cada unidade de negócios da organização.

b) competências de suporte são aqueles que apoiam outras competências da organização.

c) Capacidade dinâmicas constituem as atividades mais elevadas da organização, no nível corporativo, que são chave para a sobrevivência da empresa.

d) Competências essenciais constituem a capacidade de uma empresa adaptar suas competências no tempo.

e) Competências distintivas equivalem às atividades de apoio em cada área distinta.

44. Sobre a administração pública no Brasil e suas tendências recentes, marque a alternativa correta:

a) A centralização de decisões é cada vez mais o tom da administração pública, uma vez que permite maior coerência entre as diferentes áreas.

b) Os elevados custos da prestação de serviço público implicam numa tendência à racionalização da ação estatal e redução de sua atuação direta na economia.

c) A administração pública burocrática, por ser movimento racional de estruturação da máquina pública, é o modelo ideal para uso nas organizações estatais na atualidade.

d) A gestão de pessoas por competências, ferramenta típica do setor privado, não pode ser

utilizada no setor público por ausência de lei que a regulamente.

e) O profissionalismo na administração pública, típico do modelo burocrático, foi abandonado recentemente em prol de um modelo mais flexível: o gerencial.

Noções de Administração Orçamentária e Financeira e Orçamento Público **Prof. Sérgio Mendes**

45. A respeito do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, pode-se afirmar que:

a) A lei orçamentária anual é composta pelos orçamentos tributário, da seguridade social e de investimentos das estatais.

b) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto da lei orçamentária anual.

c) A elaboração da lei orçamentária anual do Poder Legislativo é de iniciativa do próprio Poder Legislativo.

d) A lei de diretrizes orçamentárias orientará a elaboração da lei orçamentária anual, bem como disporá sobre as alterações na legislação tributária.

e) A lei que instituir o orçamento anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

46. No que tange à classificação por natureza da receita pública, assinale a alternativa incorreta.

a) O recebimento do principal de empréstimos concedidos é receita de capital classificada como amortização de empréstimos.

b) As receitas decorrentes de aluguéis, de dividendos e de arrendamentos são classificadas como receitas correntes de prestação de serviços.

c) As receitas decorrentes de operações de crédito são classificadas como receitas de capital.

d) As receitas industriais e agropecuárias são receitas correntes.

e) Nas classificações orçamentárias, as receitas tributárias incluem impostos, taxas e contribuições de melhorias. Já as demais contribuições são classificadas na origem receitas de contribuições.

47. À luz da classificação por natureza das despesas públicas é correto afirmar:

a) A despesa é classificada em duas categorias econômicas: orçamentárias e extraorçamentárias.

b) As despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, são classificadas como inversões financeiras.

c) O tipo da despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

d) A amortização da dívida e seus respectivos juros são classificados como despesas correntes.

e) A modalidade de aplicação indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou instituição.

48. Assinale a opção que indica uma afirmação verdadeira a respeito da estrutura programática da despesa pública.

a) O programa é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

b) O projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

c) A atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo.

d) As operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais resulta um produto, e gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

e) As atividades, projetos e operações especiais serão detalhados, ainda, em planos

orçamentários, utilizados especialmente para especificar a localização física da ação, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade da ação.

49. Considere os seguintes itens e a legenda LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

I. Critérios e forma de limitação de empenho, caso a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas.

II. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

III. Reserva de contingência.

IV. Estabelecerá a forma de utilização e montante da reserva de contingência, definido com base na receita corrente líquida.

Ao ser indagado em quais instrumentos de planejamento e orçamento esses conteúdos devem constar, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, um Analista Judiciário do TJ/PE respondeu corretamente e respectivamente:

a) LDO, LOA, LOA e LDO.

b) LOA, LOA, LDO e LOA.

c) LOA, LDO, LDO e LOA.

d) LDO, LDO, LOA e LDO.

e) LDO, LDO, LDO e LOA.

50. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, no âmbito do Estado de Pernambuco e do Poder Judiciário estadual, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

a) Estado: 50%, Judiciário: 6%.

b) Estado: 50%, Judiciário: 3%.

c) Estado: 60%, Judiciário: 6%.

d) Estado: 60%, Judiciário: 3%.

e) A LRF não definiu limites percentuais para as despesas com pessoal.

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as resposta neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção da sua prova objetiva. Não amasse, não dobre, nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e (ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do ranking geral do Simulado Gratuito TJ-PE até às 13h30.
- O formulário pode ser acessado no blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO / RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E